

# O ensino da redação do Enem na plataforma do Youtube: formação para a escrita-argumentativa?

La enseñanza de la escritura Enem en la plataforma Youtube: ¿formación para la escritura argumentativa?

The teaching of Enem writing on the Youtube platform: formation for argumentative writing?



**Michel Luís da Cruz Ramos Leandro<sup>1</sup>**

**Soraya Maria Romano Pacífico<sup>2</sup>**

**Resumo:** Este artigo parte de uma indagação: o ensino da redação do Enem, em canais do Youtube, possibilita uma formação para a escrita-argumentativa ao sujeito-internauta? Neste sentido, busca-se analisar como a redação do Enem é discursivizada nesta mídia de compartilhamento, em que o digital é uma instância material, a fim de interpretar os efeitos de sentido que o discurso do sujeito-youtuber pode provocar na constituição do que venha a ser ler, escrever, argumentar e ocupar a posição discursiva de autor. Para isso, selecionou-se o *corpus* a partir de dois vídeos retirados das *playlists* de dois canais do Youtube, a saber: *Débora Aladim* e *Poxa Lulu*. A Análise de Discurso pecheutiana norteou as análises e os resultados demonstram que o modo como a escrita-argumentativa é abordada nos canais é revestida por um discurso neoliberal, em que a escrita ganha um caráter de mercadoria, sustentado no discurso do “segredo” e da “técnica”, além disso, observou-se que o conceito de autoria não condiz com os pressupostos teóricos da Análise de Discurso, pois foca apenas um ideal de *design* de redação.

<sup>1</sup> Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo (FFCLRP-USP). Professor no Centro Universitário Barão de Mauá e na rede Sesi.

<sup>2</sup> Professora Doutora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo (FFCL/RP-USP).

**Palavras-chave:** Escrita. Argumentação. Enem. Autoria.

**Resumen:** Este artículo se basa en una pregunta: ¿la enseñanza de la escritura Enem, en los canales de YouTube, brinda capacitación para la escritura argumentativa al sujeto-internauta? En este sentido, buscamos analizar cómo se discursa el ensayo Enem en este medio de compartir, en el que lo digital es una instancia material, para interpretar los efectos de sentido que el discurso del sujeto-youtuber puede provocar en la constitución de lo que viene. ser leer, escribir, argumentar y ocupar la posición discursiva de autor. Para esto, el *corpus* fue seleccionado de dos videos tomados de las listas de reproducción de dos canales de YouTube, a saber: *Débora Aladim* y *Poxa Lulu*. El Análisis del Discurso Pecheutiano orientó los análisis y los resultados demuestran que la forma en que se enfoques la escritura argumentativa en los canales está revestida de un discurso neoliberal, en el que la escritura adquiere un carácter mercantil, sustentado en el discurso de lo “secreto” y lo “técnico”. , además, se observó que el concepto de autoría no coincide con los presupuestos teóricos del Análisis del Discurso, pues se enfoca sólo en un ideal de *design* de escritura.

**Palabras clave:** Escritura. Argumentación. Enem. Autoría.

**Abstract:** This article is based on a question: does the teaching of Enem writing, on YouTube channels, provide training for argumentative writing to the subject-internet user? In this sense, we seek to analyze how the Enem essay is discoursed in this sharing media, in which the digital is a material instance, in order to interpret the effects of meaning that the subject-youtuber's discourse can provoke in the constitution of what comes to be read, write, argue and occupy the discursive position of author. For this, the *corpus* was selected from two videos taken from the playlists of two YouTube channels, namely: *Débora Aladim* and *Poxa Lulu*. The Pecheutian Discourse Analysis guided the analyzes and the results demonstrate that the way in which argumentative writing is approached in the channels is covered by a neoliberal discourse, in which writing gains a commodity character, sustained in the discourse of "secret" and "technical", in addition, it was observed that the concept of authorship does not match the theoretical assumptions of Discourse Analysis, as it focuses only on an ideal of writing design.

**Key-words:** Writing. Argumentation. Enem. Authorship.

### Para começo de conversa

“Criar meu web site  
Fazer minha homepage  
Com quantos gigabytes  
Se faz uma jangada e um barco que veleje”.  
(Canção *Pela Internet*, músico Gilberto Gil)

O trabalho com a escrita-argumentativa na escola, muitas vezes, apoia-se em uma concepção de linguagem como expressão do pensamento e/ou instrumento de

comunicação, o que leva a um ensino ancorado por uma visão de transparência da linguagem, o que impede um trabalho com a leitura (interpretação) e a autoria. Neste sentido, observamos que o mesmo ocorre no espaço digital, aqui, em especial a plataforma do Youtube. Observa-se que dentro e fora do espaço escolar é comum sobressair o foco pragmático no ensino da produção de textos argumentativos, o que deixa de lado a discussão sobre as relações de poder que envolvem a língua e o debate sobre o direito à argumentação, reflexão de Pacífico (2016) que observou em suas pesquisas a negação desse direito aos sujeitos-estudantes.

De acordo com Pacífico (2016) reconhecer o direito à argumentação significa compreendê-la como um Direito Humano e prática social, isso significa que o sujeito precisa se sentir no direito de tomar a palavra, seja dentro ou fora da instituição escolar, exercendo essa prática discursiva, isto é, o sujeito precisa “(...) mergulhar no fio discursivo e posicionar-se acerca dos sentidos colocados em circulação, na sociedade” (PACÍFICO, 2016, p. 192). Isso implica que o discurso polêmico se instale para que o objeto discursivo seja disputado, visto que esse tipo de discurso é o polo da polissemia – condição para que os sentidos circulem. Portanto, “(...) para argumentar o sujeito precisa ter acesso a uma multiplicidade de sentidos, precisa ter o direito de disputá-los (...)” (PACÍFICO, 2016, p. 193), mas, para isso, é preciso ir além dos materiais escolares que costumam simular a argumentação e, também duvidar dos sentidos que circulam sobre essa temática no espaço digital, como é o caso dos canais do Youtube.

Nesta direção, o objetivo deste artigo é analisar como a redação do Enem – Exame Nacional do Ensino Médio – é discursivizada no digital e as reverberações desses discursos na constituição imaginária sobre o que é uma produção de texto argumentativa com qualidade, além de nos interessarmos, também, pela discussão sobre o modo como o conceito de autoria é abordado nesta rede, visto que o sujeito-youtuber ocupa, a nosso ver, uma posição discursiva imaginária como sendo a do sujeito-professor, pois, por meio da produção de vídeos, veiculada nos canais do Youtube, é possível observar uma formação discursiva que cristaliza uma maneira considerada a correta sobre a produção de textos, o que nos leva a indagar: esse ensino da escrita-argumentativa está mais para a capacitação ou formação (ORLANDI, 2014)?

Esse questionamento é importante por vivermos em um mundo cercado por números, porcentagens, tabelas, equipamentos, entre outros, observa-se uma formação

social permeada, segundo Orlandi (2017), pela quantidade e o excesso, entretanto, esse excesso de informação não deve substituir a importância do conhecimento bem formado. E o conhecimento “bem formado”, segundo a autora:

(...) se bem praticado como processo formador do indivíduo na sua relação com o social e o trabalho, dar condições para que este sujeito “soubesse” que sabe a língua e soubesse “ler e escrever”, de forma a, em sua compreensão, ser capaz de dimensionar o efeito de sua intervenção nas formas sociais, com todas as consequências sociais e históricas que isto implica. Em uma palavra, se desalienasse. O que a capacitação não faz, pois o torna apenas um indivíduo bem treinado e, logo, mais produtivo. Isto não o qualifica em seu conhecimento, o que, com a formação, se dá e produz o efeito de tornar esse sujeito mais independente, deixando de ser só mais um instrumento na feitura de um “país rico”. Ele estaria formado para dar mais um passo na direção de não só formular como reformular e ressignificar sua relação com a língua institucionalizada, a da escola, mas também com a sociedade. (SERIAN; ORLANDI, 2020, p. 11).

Passarelli (2012) argumenta que existe uma dualidade entre o “gostar de escrever” e o “gostar de fazer redação” na educação básica. Para ela, o primeiro é investido de uma formação imaginária de que o sujeito está “livre” para escrever, sem as amarras burocráticas das atividades pedagógicas escolares; o segundo, por sua vez, traz em cena a cultura escolar tradicional, isto é, escreve-se para cumprir a tarefa pedagógica em propósito de uma avaliação, o que transforma o processo de escrita em algo maçante. Essas duas dualidades levam a algumas crenças, em especial, a de que escrever está ligado à “inspiração”, “dom” e/ou “técnica”.

Ao nos posicionarmos contra essas crenças limitadoras sobre a escrita, compreendemos que “(...) a argumentação é um modo de funcionamento do discurso que se estrutura ideologicamente (...)” (ORLANDI, 2021, p. 109), isso porque, sustentados na perspectiva teórica da Análise de Discurso de “linha” francesa, isto é, na teoria discursiva de Michel Pêcheux, consideramos que há um laço fundamental entre a linguagem e a sua relação com a exterioridade. Neste sentido, o discurso é “efeito de sentidos” entre interlocutores (PÊCHEUX, 1997, p. 82), trata-se de uma noção de discurso que consideramos fundadora da Análise de Discurso, daqui para frente AD, teoria segundo a qual nos posicionamos neste artigo.

Além disso, defendemos que a autoria é condição necessária para a construção do texto argumentativo (PACÍFICO, 2012), isto é, trata-se de um trabalho com a linguagem que considera o discurso do tipo polêmico (ORLANDI, 1996), em que a polissemia

(múltiplos sentidos) é controlada, pois a relação entre paráfrase (o mesmo) e a polissemia é equilibrada (diz-se o mesmo e, também, o novo), a função referencial é disputada, o que equivale a dizer que o direito à argumentação é respeitada. O sujeito para argumentar precisa de leitura, pois é por meio dela que o sujeito constrói o seu posicionamento (tece seus gestos de interpretação). Mas, será que os vídeos veiculados no Youtube sobre a redação do Enem levam tudo isso em consideração? Resposta que pretendemos responder por meio das análises do *corpus* coletado.

### **A Análise de Discurso: fundamentação teórica e metodologia**

A Análise de Discurso – daqui para frente designaremos de AD – surge no cenário francês da década de 1960 do século passado. Trata-se de uma época em que os estudiosos da linguagem questionavam o significado de ler, trazendo como ponto central o seguinte questionamento: o que ler significa?, o que é interpretar? É a partir disso que, segundo Orlandi (2010, p. 14) “(...) abre-se um lugar teórico – podemos dizer mesmo disciplinar – para a análise de discurso”.

No caso deste artigo científico, é nos estudos do discurso de Michel Pêcheux que nos apoiamos. A AD proposta por Pêcheux se apresenta como uma disciplina de entremeio ao formular questões à Linguística e às Ciências Sociais. Para o filósofo, há uma relação entre o discurso e às condições de produção e ele desloca a dicotomia saussuriana língua *versus* fala para propor uma relação entre a língua e o discurso.

Desse modo, a língua é vista “(...) como sistema significante em sua relação com a história (...)” (ORLANDI, 1996, p. 27), portanto, o discurso possui uma forma material constituída pela relação do simbólico com o mundo, o discurso é “efeito de sentidos” entre interlocutores, assim, é a partir do texto, materialidade a ser analisada, que chegamos ao discurso em seu funcionamento.

Na Análise de Discurso, a noção de sujeito também é muito importante e para a sua conceituação teremos a contribuição da Psicanálise para os estudos discursivos. Se antes o sujeito era concebido na condição de falante com domínio e liberdade do dizer, visão essa defendida no estruturalismo saussuriano, na AD, o falante não será concebido pela noção de homem (empírico), mas pela de sujeito, um sujeito discursivo, conforme nos apresenta Orlandi (2001, p. 20), que “funciona pelo inconsciente e pela ideologia”.

Assim, o sujeito é incompleto, porém, constituído por uma ilusão de completude, o sujeito é uma posição discursiva.

Ainda sobre o referencial teórico adotado aqui, convém destacar os conceitos de formação discursiva (FD) e formação imaginária (FI), pois “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 2014, p. 82). Assim, por compreendermos que o sentido não é dado em si mesmo, mas determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas, compreendermos que as formações discursivas são determinadas pelas formações ideológicas, a partir de determinadas condições de produção, ou seja, “(...) tendo como base as formações ideológicas é que as formações discursivas vão determinar o que os discursos podem e devem significar” (PACÍFICO, 2012, p. 60), portanto, sujeito e sentido se constroem junto com o discurso.

O discurso produz sentido devido ao fato de que aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva x e não y, como é o caso do sujeito-youtuber, assim, pode acontecer de o discurso do sujeito-professor ser diferente em relação ao discurso do sujeito-youtuber sobre a redação do Enem, isso ocorre porque são posições discursivas diferentes, portanto, também são condições de produção diferentes. Deste modo, importa para nós, analistas de discurso, observar o funcionamento da linguagem e a sua opacidade, isso significa que não analisamos o sujeito, mas, sim, o discurso do sujeito, procurando investigar aquilo que parece transparente (legitimado), visto que o mecanismo da ideologia trabalha nessa evidência dos sentidos.

No caso deste trabalho, analisaremos o discurso do sujeito-youtuber, isto é, um sujeito produtor de conteúdos digitais para a plataforma do Youtube. Neste sentido, selecionamos os recortes a partir de dois vídeos disponibilizados em dois canais virtuais diferentes, são eles: o canal *Débora Aladim* e *Poxa Lulu*. O critério em investigar esses dois canais, dentre tantos outros disponíveis na plataforma, ocorreu devido a dois fatores: o primeiro, por acumularem números expressivos de “seguidores”, isto é, trata-se dos sujeitos-internautas (interlocutores) que consomem os conteúdos destes canais; o segundo, por tratar de canais que abordam conteúdos sobre a escrita-argumentativa voltada para as condições de produção do Enem.

A fim de selecionarmos os vídeos de cada canal, buscamos constituir o *corpus* da seguinte maneira: do canal *Débora Aladim*, selecionamos o vídeo “Como fazer redação modelo Enem”, publicado em 27 de setembro de 2015, obteve 5.062.083<sup>3</sup> visualizações, 348 mil curtidas, 12.175 comentários e com duração de 21:53 minutos. A escolha foi feita por se tratar do vídeo com maior número de visualização do canal e por abordar o discurso do “como fazer”, trata-se de um discurso recorrente em muitos outros vídeos deste mesmo canal. Além disso, é um vídeo que aborda as cinco competências avaliativas da redação do Enem, em que o sujeito-youtuber tece as suas considerações sobre essas condições de produção, o que nos interessou analisar com mais cuidado o modo como esse sujeito discursiviza sobre isso e se leva em consideração (ou não) as relações de poder que envolvem a linguagem, questionando-as ou sustentando-as, inclusive, investigando se o vídeo está mais para a capacitação ou formação para a escrita-argumentativa (ORLANDI, 2014).

Já em relação ao canal *Poxa Lulu*, o vídeo selecionado foi “Autoria na redação Enem – como melhorar na competência 3”, publicado em 22 de outubro de 2018, com 18.439 visualizações, 2,2 mil curtidas, 128 comentários e 07:19 minutos de duração. A escolha do vídeo foi feita por ter nos chamado a atenção pelo fato de abordar o termo – *autoria* – em que nos interessou refletir sobre o modo como esse conceito é discursivizado pelo sujeito-youtuber, assim, procuramos investigar se a abordagem condiz ou não com o referencial teórico da AD e se o conteúdo veiculado possibilita uma formação (ou não) para a escrita-argumentativa.

Todos esses números indicam o efeito da dinâmica do digital, em que a “informação circula de modo a saturar o sentido sem relação com o esquecimento, com a história, com o silêncio” (DIAS, 2018, p. 30). O sujeito-youtuber, permeado pelas exigências atuais do capitalismo, insere-se em um cenário em que a crescente oferta de plataformas e cursos online está dada. Neste sentido, há todo um ritual de *marketing* (não sem falhas) para que esse sujeito obtenha “seguidores” em seu canal, isto é, para que consiga “pescar” sujeitos-internautas consumidores de conteúdos (e dos cursos online pagos), pois isso garantirá o sucesso (ou não) da página virtual do sujeito-youtuber. Essa dinâmica estabelece ao sujeito-youtuber uma espécie de “celebridade” do mundo digital e, no caso do sujeito

---

<sup>3</sup> Dados coletados em 05 de fev. de 2023.

produtor de conteúdos digitais escolares, segundo Zoppi-Fontana (2017), torna-se uma “celebridade do saber”, em que as plataformas digitais permitem a “qualquer um” ensinar o que sabe e “a qualquer um” aprender o que quiser, um modelo de negócio apoiado no discurso da suposta democratização do saber.

No caso da plataforma do Youtube, cabe ressaltar que a circulação dos conteúdos ocorre por meio da produção incessante de canais. Neste sentido, pode-se afirmar que “(...) o modelo de negócio do Youtube cria valor por meio da circulação (...)” (BURGESS; GREE, 2009, p. 153). Os perfis (canais) são criados pelos sujeitos-internautas e ocupa a posição discursiva de sujeito-youtuber aquele que passa de consumidor de conteúdos para o de produtor, tendo o Youtube como “(...) um espaço no qual indivíduos podem representar suas identidades e perspectivas, envolver-se com as representações pessoais de outros e encontrar diferenças culturais” (BURGEES; GREEN, idem, p. 112), acrescentaríamos, o Youtube como um lugar de investigação sobre “(...) o processo de historicização da tecnologia e da produção de sentidos do digital: o político e a ideologia” (DIAS, 2018, p. 26), ou seja, o Youtube como condição de produção político-ideológica do discurso.

É por meio da materialidade discursiva dos vídeos selecionados da plataforma do Youtube que selecionamos os recortes que compõem o *corpus*. É aí que entra o trabalho do analista de discurso naquilo que Petri (2013) designa de movimento pendular:

Instalado o gesto de ler do analista no interior da discursividade que lhe interessa analisar, temos o pêndulo no ponto zero e daí começa o movimento. Por um instante, então, o analista suspende o pêndulo e imediatamente depois começa a acompanhá-lo nas idas e vindas da teoria para a análise, perpassando de diferentes maneiras os elementos constitutivos do *corpus*, com sua opacidade, com suas resistências, com suas porosidades, com sua densidade, com sua incompletude constitutiva. É por tudo isso que o movimento é imperfeito, e, na maioria das vezes, imprevisível também. Há uma disposição inicial das posições, mas não uma garantia de chegada. (PETRI, 2013, p. 47).

Este movimento pendular significa que o analista de discurso vai da teoria ao *corpus* e do *corpus* à teoria, assim, a análise dos vídeos que selecionamos e as suas transcrições não necessariamente é feita com o *corpus* todo, mas, nos recortes feitos dele. Os recortes não devem ser entendidos como estrutura linear, mas, sim, de acordo com Pacífico (2002,



p. 64) como “tessitura do discurso, onde estão materializados linguisticamente os indícios de um modo de funcionamento discursivo”.

E isso vem ao encontro do que diz Orlandi (2001) ao explicar que o analista constrói seu próprio dispositivo analítico, mobilizando os conceitos e procedimentos com os quais ele se propôs a fazer, por isso, pode-se dizer que “(...) o dispositivo teórico é o mesmo, mas os dispositivos analíticos, não. O que define a forma do dispositivo analítico é a questão posta pelo analista, a natureza do material que analisa e a finalidade da análise” (ORLANDI, 2001, p. 27)”.

Portando, a seguir, apresentaremos as nossas análises com base no nosso objetivo apresentado no início deste artigo. Não se pode esquecer de que a reflexão em torno do discurso digital, como objeto de análise da Análise de Discurso, “(...) tem se configurado como um campo de questões imprescindível às ciências e ao fazer científico” (DIAS, 2018, p. 20), em que mobilizamos esse campo do digital preocupados em investigar como a escrita-argumentativa é discursivizada neste espaço, isso tudo, “(...) sem cairmos no objetivismo quantitativo ou no humanismo das máquinas (...)” (DIAS, idem, p. 22), mas, sim, por meio de uma proposta de leitura materialista dos discursos digitais, levando em consideração a influência que o digital possui na formação social ao trazer novas condições de produção discursiva.

### **O ensino da redação do Enem na plataforma do Youtube: o que o sujeito-youtuber tem a dizer?**

O modo como a redação do Enem é estruturada leva-nos a observar que as suas exigências avaliativas (discriminadas em cinco competências), servem apenas para esta condição de produção discursiva. No entanto, esses critérios se configuram como “mandamentos sagrados” que norteiam o ensino da escrita-argumentativa dentro e fora da escola. Afinal, desde que o Enem foi instituído pelo Ministério da Educação (MEC), em maio de 1998, atendendo ao dispositivo jurídico da LDB – Lei de Diretrizes Bases de 1996, que determina em seu artigo 9º, inciso VI, que a “União organize processo de avaliação do rendimento escolar em âmbito nacional devendo incluir todos os níveis de ensino, com o objetivo de definir prioridades e a melhoria da qualidade do ensino no país” temos, a partir de 2009, o chamado “novo Enem”, em que essa avaliação passou a ser

utilizada como ferramenta de seleção para o Ensino Superior, inclusive, a nota obtida na prova pode servir para a conquista de uma vaga em universidades públicas e, até mesmo, bolsas de estudo em universidades privadas, o que intensifica a sua importância no cenário nacional.

A redação do Enem, famosa nos discursos produzidos nas mídias de comunicação como a televisão e as plataformas digitais, tem um peso importante, afinal, é a única parte da prova em que o candidato pode alcançar 1000 (mil) pontos, o que significa alavancar a nota final do exame que será utilizada na seleção do vestibular. De acordo com a *Cartilha do Participante*, a avaliação da redação consiste em avaliar um texto em prosa com até 30 linhas escrito a mão:

(...) do tipo dissertativo-argumentativo, sobre um tema de ordem social, científica, cultural ou política. Os aspectos a serem avaliados relacionam-se às competências que devem ter sido desenvolvidas durante os anos de escolaridade. Nessa redação, você deverá defender uma tese – uma opinião a respeito do tema proposto –, apoiada em argumentos consistentes, estruturados com coerência e coesão, formando uma unidade textual. Seu texto deverá ser redigido de acordo com a modalidade escrita formal da língua portuguesa. Você também deverá elaborar uma proposta de intervenção social para o problema apresentado no desenvolvimento do texto. Essa proposta deve respeitar os direitos humanos. (BRASIL, 2020, p. 07).

Observa-se que as condições de produção da redação do Enem trabalham a produção de texto a partir de uma estrutura pré-estabelecida: tema + tese + argumentos + proposta de intervenção. É justamente essa estrutura que será ensinada nas escolas e no espaço digital. A problemática desta estrutura está em levar o sujeito produtor da redação a ficar preso à fôrma-leitor, conceito formulado por Pacífico (2002), no sentido de fôrma, molde, em que o sujeito realiza uma leitura parafrástica, o que limita o processo de significação do sujeito, os seus gestos de leitura e, por isso, assume a fôrma-leitor, em que o controle do sentido está sempre presente. Neste sentido, o sujeito não é levado a praticar a argumentação, mas, a simular a prática social argumentativa, visto que se trabalha a partir da configuração dos “modelos prontos” de redação.

Por outro lado, Pacífico (2012) argumenta, também, que existem sujeitos que assumem a função-leitor, isto é, sujeitos que procuram compreender como são criados alguns efeitos de sentidos e não outros, trata-se, assim, de uma leitura polissêmica, pois

o sujeito não repete os sentidos instituídos como dominantes, antes, permite estranhar o óbvio. É esse movimento da função-leitor que defendemos para o trabalho com a escrita-argumentativa na escola e fora dela, no entanto, o que se sobressai é a fôrma-leitor, caracterizada pela procura por um sentido estático e limitada ao texto.

O movimento da fôrma-leitor, assumido pelo sujeito produtor da redação, pode ser observada no modo como o espaço digital (destacamos que, muitas vezes, a escola faz o mesmo) discursiviza o “como fazer” a redação do Enem:

#### **Recorte 1<sup>4</sup>:**

##### **13 citações para usar em qualquer tema de redação**

As citações são recursos importantes numa redação. Na redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e outros vestibulares, apesar de não ser obrigatório, fazer citações mostram para o corretor que você tem **repertório cultural** e sabe conferir **credibilidade** ao seu texto.

As referências mais comuns são frases de filósofos ou outros personagens importantes, mas trechos de músicas ou filmes também são válidos. Essas frases podem ser usadas na introdução do texto, para **provar um argumento** ou até para **incrementar sua conclusão**. (grifo nosso).

Observa-se neste recorte um discurso ancorado no movimento da fôrma-leitor, isso porque a relação do sujeito com a leitura (a interpretação) é deixada de lado no processo de produção de texto. A página virtual discursiviza que se trata de 13 (treze) citações que podem ser usadas em qualquer tema da redação do Enem, o que equivale a dizer que a produção da redação do Enem pode ser feita por meio da “técnica do encaixe”, isto é, a fim de criar um efeito de sentido de “credibilidade” e “repertório cultural”, o sujeito copia (movimento parafrástico), literalmente, algumas das citações indicadas e as coloca em seu texto a fim de “provar o argumento” ou, meramente, para “incrementar a conclusão” do seu texto, deste modo, não há um trabalho com a leitura e a escrita. Essa técnica do encaixe impossibilita que o sujeito produtor de texto assuma a posição discursiva de autor, assim:

(...) Para argumentar, então, entendemos que o sujeito tem de ter acesso ao interdiscurso, “ao todo complexo com dominante das formações

<sup>4</sup> Disponível em: <https://querobolsa.com.br/revista/13-citacoes-para-usar-em-qualquer-tema-de-redacao>. Acesso em 05 fev. 2023.

discursivas” para poder identificar-se com determinados sentidos, para inscrever-se em uma ou em várias formações discursivas e, sendo assim, exercer seu direito de argumentação. Percorrer o interdiscurso significa estar em contato com os sentidos já produzidos sobre determinado assunto, mas não simplesmente em contato, é preciso que o sujeito realize gestos de interpretação. Em outras palavras, para argumentar é preciso, antes, interpretar, pois se não houver interpretação, como poderá o sujeito disputar os sentidos? (PACÍFICO, 2016, p. 197).

Conforme Orlandi (1996, p.75) o “lugar do autor é determinado pelo lugar da interpretação. O efeito-leitor representa para o autor, sua exterioridade constitutiva (memória do dizer, repetição histórica)”, deste modo, cada leitor tem uma história de leitura, o que torna impossível escrever sem considerar a alteridade constitutiva de toda produção de sentido. Neste sentido, para que o sujeito ocupe a posição de autor é preciso que ele se movimente, discursivamente, na função-leitor, isto é, consiga se posicionar como autor e leitor do seu texto, considerando, além dele próprio, o outro (leitor) possível do seu texto, já que “o autor de um determinado texto é capturado por uma formação ideológica que se materializa em uma formação discursiva” (PACÍFICO, 2012, p. 81), que nem sempre é a mesma dos sujeitos-leitores que terão acesso a tal texto.

Gallo (2001) argumenta e defende que a singularidade e o fechamento caracterizam a autoria. A singularidade, segundo a autora, é garantido pela diferença; já o fechamento é garantido pelo repetível. Neste sentido, a pesquisadora propõe que se observe a autoria em dois níveis pela AD, em que ambos os níveis possuem relação com a produção do “novo” (polissemia) e, ao mesmo tempo, significa que o sujeito se responsabiliza por aquilo que diz, o que implica a unidade:

Primeiramente, em um nível enunciativo-discursivo, que é o caso da função-autor, que tem relação com a heterogeneidade enunciativa e que é condição de todo sujeito e, portanto, de todo acontecimento discursivo. E em segundo lugar, em um nível discursivo por excelência, que é o caso do efeito-autor, e que diz respeito ao confronto de formações discursivas com nova dominante, verificável em alguns acontecimentos discursivos, mas não em todos. Sendo a função-autor condição de todo sujeito, esse nível de autoria é pouco operante para uma prática de produção de texto. Assim, venho trabalhando no nível da produção do efeito-autor, especificamente na relação do Discurso Pedagógico com outro discurso. Essa é a prática que denomino TEXTUALIZAÇÃO. (GALLO, 2001, p. 70).

A partir destas considerações sobre o conceito de autoria em Gallo (2001), compreendemos que o efeito-leitor não se produz diante das condições de produção da redação do Enem. No caso do ensino da redação do Enem em canais disponibilizados no Youtube, o que observamos é um discurso utilitarista voltado para a escrita: “faça assim e você terá uma boa nota”. O bom-sujeito (PÊCHEUX, 2014) pratica a redação do tipo “maniqueísta” (BERNARDO, 2010), sustentada no discurso do que designaremos de *redação-design*, ou seja, projeta-se uma espécie de “receita” de redação que, autoritariamente, passa a servir como modelo, tornando-se o “epistemologicamente correto”. Isso tudo silencia um trabalho com a linguagem, a *redação-design* é a estética esperada, logo, a imitação é a regra.

Neste contexto, não importa se o sujeito consegue interpretar as 13 (treze) citações que, supostamente, servem para qualquer redação, muito menos quem são os autores dessas citações e em qual condição de produção foram produzidas, pois o sentido está posto e só precisa ser repetido, anula-se o trabalho com a textualidade, condição do linguístico e, também, a da discursividade, condição da produção de sentidos. É aí que a escrita-argumentativa passa a assumir um caráter de mercadoria, pois muitos sujeitos-youtubers passam a enxergar esse cenário como um lugar fértil para a propagação de cursos online pagos, então, como estratégia de publicidade, passam a sustentar o discurso do “segredo” da escrita:

**Recorte 2<sup>5</sup>:**

**O que é o Segredos da Redação Perfeita?**

O Segredos da Redação Perfeita no Enem é o curso de Redação mais vendido do Brasil, onde você vai aprender em pouco tempo tudo o que precisa para fazer uma redação que tire, garantido, entre 800 e 1000 pontos no Enem. (grifo nosso).

No recorte, observa-se o caráter mercadológico investido no discurso do segredo da “redação perfeita”. Esse discurso recai na concepção de escrita como “técnica”. Neste sentido, cabe ao sujeito-internauta consumir (comprar) o curso online para que tenha acesso à suposta “fórmula mágica” para a nota mil na redação do Enem, discurso que

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.missaoenem.com.br/paginas/segredos-da-redacao-perfeita-do-enem-mobile-redirect/>. Acesso em 05 fev de 2023.

produz um imaginário do “novo” (curso online) como sucesso. Em geral, essas plataformas digitais prometem a “técnica” da escrita-argumentativa sustentada em um modo pragmático de conceber a língua e nem sequer questionam as condições de produção da redação do Enem. Sobre isso, Leandro (2021, p. 79) argumenta que:

A problemática está no fato de que esses cursos online, assim como já foi mostrado sobre a escola, também não consideram o funcionamento da linguagem (...) pois, são cursos que prometem “desvendar o segredo da redação”, o que significa impor, mais uma vez, um modelo que os estudantes deverão seguir a fim de alcançar a nota máxima na redação do ENEM.

É nesse cenário que se encontram os discursos dos sujeitos-youtubers dos canais *Débora Aladim* e *Poxa Lulu* que analisaremos. No entanto, é preciso aprofundarmos ainda mais sobre as condições de produção dos canais do Youtube, discussão que faremos a seguir.

### **As condições de produção do ensino de redação na plataforma do Youtube**

A partir de Dias (2018), compreendemos que os canais do Youtube voltados para o ensino da redação do Enem se constitui em uma textualidade seriada significada pelo/no digital. E essa significação ocorre devido a digitalidade – unidade significativa digital – pela maneira como se constitui, formula-se e circula, isto é, ocorre por meio de “(...) projeções de ícones, imagens, gifs, letras, links, hashtags, que constituem a “unidade de sentido”” (DIAS, 2018, p. 13). E, como sabemos, tudo isso implica a produção de sentidos que é da ordem do político, portanto, defendemos que analisar a materialidade digital – não se reduz ao digital ou ao online, mas, sim, caracterizada pela sua discursividade – tem se tornado algo imprescindível na contemporaneidade a fim de que se duvide dos sentidos produzidos pela ideologia dominante.

Neste sentido, um conceito que julgamos importante é o de ciberespaço. Trata-se de uma palavra proveniente da língua inglesa, usada pela primeira vez por William Gibson, no romance *Neuromancer*, escrito em 1984, que tratava o ciberespaço como um local de confrontos, encontros e desencontros (LÉVY, 1999), o que significa pensar esse espaço para além da limitação das especificidades técnicas da máquina, mas, como:

(...) espaço aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores. Essa definição inclui o conjunto dos sistemas de comunicação eletrônicos (aí incluídos os conjuntos de redes hertzianas e telefônicas clássicas), na medida em que transmitem informações provenientes de fontes digitais ou destinadas à digitalização. Insisto na codificação digital, pois ela condiciona o caráter plástico, fluído, calculável com previsão e tratável em tempo real, hipertextual, interativo e, resumindo, virtual da informação que é, parece-me, a marca distintiva do ciberespaço. Esse novo meio tem a vocação de colocar em sinergia e interfacear todos os dispositivos de criação de informação, de gravação, de comunicação e de simulação (...) (LÉVY, 1999, p. 92-93).

O ciberespaço é compreendido como um universo outro que existe paralelo ao mundo “físico”, com novas especificidades (velocidade e movimento) e com força de visibilidade global. Indica novos modos de suportes de informação, abrigando uma rede polissêmica de discursos e sujeitos. Neste sentido, o sujeito “navega” neste espaço (o virtual), imerso em (in)finitas possibilidades de uma rede repleta de furos, caracterizado por sua fluidez, o que traz novas possibilidades de leitura e escrita, concebido, ideologicamente, como um lugar de livre enunciação. Assim, concordamos com Patti e Giorgenon (2011, p. 86) quando argumentam que o sujeito (do discurso) se inscreve na rede com a possibilidade de expansão do seu dizer (publicação da sua voz em diversos lugares) e expressão de sua leitura de/sobre o mundo, portanto, o ciberespaço reconfigura novas divisões de poder (ler, falar, postar, demonstrar), o que afeta “(...) as modalidades do ser, do estar, do fazer acontecer na transmissão dos já-ditos, à medida que se ampliam vozes heterogêneas na composição de uma memória social que se encontra em movimento pleno, num gerúndio de mudanças e transformações.” (PATTI; GIORGENON, 2011, p. 87-88).

De acordo com Romão (2004, p. 72), termos como “sociedade em rede”, “rede de informações” e “rede de internet”, são recorrentes na contemporaneidade, com infinitas e infinitudes possibilidades de navegação (virtual), em que “(...) a pluralidade de termos encontrados no espaço cibernético, apresentam ao sujeito um banho polissêmico no qual, antes, nunca esteve imerso, ao menos desta maneira tão avassaladora, materializada na impressão-certeza de completude” (PATTI; GIORGENON, 2011, p. 88). Assim, a rede eletrônica aparentemente não tem fim, em que nessa ilusão de completude convive também a opacidade, o fato de que o sentido pode vir a ser outro, um sujeito que se movimento pelo hipertexto.

No caso dos canais do Youtube focalizados neste trabalho, observamos que o sujeito-youtuber produz os conteúdos embasados pela transparência dos sentidos e, na dinâmica do hipertexto, com foco em transformar a escrita em mercadoria, há uma tentativa de controle do movimento do sujeito-internauta na rede, o sujeito-youtuber o tempo todo procura controlar os sentidos e isso começa quando tenta estabelecer um modo linear de leitura dos vídeos aos sujeitos-internautas, por exemplo, quando o sujeito-youtuber solicita que o sujeito-internauta clique no “seguir” o canal, quando indica qual outro vídeo do canal deve ser assistido (consumido), quando indica sites que deverão ser acessados para o aprofundamento do conteúdo veiculado, quando sugere que o sujeito-internauta consuma o curso online imediatamente após o término do vídeo, trata-se de uma prática discursiva no digital que procura controlar o que o sujeito-internauta acessa, efeito ilusório de controle – com um objetivo final: ganhar seguidores e/ou levar o sujeito-internauta ao consumo dos cursos online.

No digital, tudo está “pronto” para ser consumido e, ainda melhor, tudo está “pronto” para ser (re)aplicado – efeito de sentido de eficácia. Observamos, então, sujeitos-alunos e sujeitos-professores como consumidores das informações encontradas no digital e esse “consumismo” pode levar esses sujeitos a não questionarem os sentidos que circulam nos arquivos digitais, a não refletirem sobre os silenciamentos que atravessam o espaço virtual, em que:

(...) o sistema de reprodução da força de trabalho (o tipo de escolarização ao qual são submetidos) os corta da formação científica, de que eles não são senão aplicadores conscientes e inconscientes. É, no entanto, a unidade de sua prática e da teoria do materialismo histórico que deve ser progressivamente instituída. E, bem evidentemente, esta unidade requer não somente transformações pedagógicas, mas também uma luta política de modo direto. (PÊCHEUX, 2015, p. 201).

Portanto, consideramos que apenas apontar como os sujeitos-youtubers trabalham a escrita-argumentativa, sustentada nas condições do exame do Enem, na rede digital do Youtube é pouco, é preciso encararmos um “(...) trabalho sobre os conceitos e o conjunto dos efeitos do “teórico (...)” (PÊCHEUX, 2015, p. 195), investigando de que modo os canais do Youtube contribuem para “(...) a extração e o comércio dos dados pessoais ambientam-se no oceano do desejo inconsciente, cada vez mais alienado (tornado alheio) e monetorizado” (BUCCI, 2021, p. 25), em que o



capitalismo desenvolve novos modos de sedução para atrair o sujeito às suas telas e teias digitais, sujeito-youtuber e sujeito-internauta, são capturados pela dinâmica do digital que é sustentado, segundo Bucci (2021) pelo olhar que, nessa ótica, funciona como trabalho em que, “de repente” (efeito de sentido que silencia a luta de classes), não é mais possível viver fora do digital e, mais, em que, “de repente”, a escola não serve mais para nada.

Para Vidon (2019) a década de 70 do século passado influenciou direta ou indiretamente o ensino de texto (leitura e escrita) na escola, uma das causas foi a promulgação do Decreto-Lei nº 5692, em 1971 que, por meio das políticas públicas, estabeleceu diretrizes e bases nacionais para a Educação, sustentando a concepção de língua(gem) como instrumento de comunicação. Isso ocorreu no contexto do Golpe de Estado de 1964, que retirou o poder legítimo do presidente João Goulart e implantou um governo militar ditatorial. Os militares se colocaram contra às ideias defendidas por educadores como Paulo Freire.

No cenário histórico apresentado, o ensino tecnicista-profissionalizante e a mercantilização foi o foco das políticas públicas, então, elabora-se e promulga-se a LDB 5692, em 1971. Vidon (2019) argumenta que é o primeiro documento de grande alcance elaborado por um governo brasileiro voltado para uma política linguística. Em seu artigo primeiro diz que no ensino de 1º e 2º graus a atenção ao estudo da língua portuguesa tem que ser feita no pressuposto teórico como instrumento de comunicação e como expressão da cultura brasileira, neste sentido, observa-se um foco na concepção funcionalista (instrumental) de linguagem sustentada em pesquisas como os de Roman Jakobson e Karl Bühler que, por sua vez, repercutem nos trabalhos estruturalistas de Ferdinand de Saussure e, também, nos formalistas, como Noam Chomsky.

O “ensino da expressão escrita (ou redação)” ficou a cargo do professor de Língua Portuguesa e, de acordo com o pesquisador, voltam-se para uma metodologia “comportamentalista” com base em uma noção sistêmica de texto, tudo isso se ajusta a uma tecnicização do ensino de redação na escola “passível de um cálculo matemático, como uma operação cognitiva racional” (VIDON, 2019, p. 98).

No ano de 1977, o governo brasileiro, por meio do Ministério da Educação e Cultura, instituiu a obrigatoriedade da “prova de redação” nos vestibulares do país, o que pressupõe orientações governamentais e de especialistas no assunto. Vidon (2019)

argumenta que isso leva a dois dados sobre o ensino de redação: “1. A redução do ensino de texto à redação prática; 2. O foco da metodologia nas técnicas de redação” (VIDON, 2019, p. 99).

A permanência da “prova de redação” nos vestibulares do país até hoje permite observarmos as ressonâncias ideológicas do trabalho com a leitura e a escrita na escola vindos dos anos 1970. Termos como “manuais”, “técnicas”, “macetes”, “estratégias”, “ferramentas”, “táticas”, “artifícios” são recorrentes na década de 1970 ao sustentar a escrita nesse lugar instrumental. Passadas algumas décadas, com o advento das plataformas digitais voltadas para o ensino de redação do Enem, compreendemos que essa herança da década 70 perdura ao longo do tempo pois o que temos observado é que tanto o digital, quanto a escola, continuam trabalhando a redação argumentativa nesta visão da “técnica”, o que nos leva a refletir sobre:

A divisão do trabalho, na formação de professores, entre aqueles que produzem conhecimento e aqueles que executam o produto do trabalho intelectual, possibilita pensar, de algum modo, no processo de alienação dos professores em relação às condições de produção das práticas de redação na escola. (VIDON, 2019, p. 104).

Trata-se de uma escrita que se sustenta na lógica neoliberal, em que o vestibular é um meio eficiente, diríamos, também, conveniente, para a manutenção das desigualdades de acesso ao ensino superior gratuito no Brasil. Não há vagas para todos, então, o vestibular é discursivizado como o meio mais assertivo para a seleção dos estudantes que ocuparão as vagas disponíveis – dinâmica que mantém a formação discursiva da meritocracia – promovendo o silenciamento de uma discussão mais profunda sobre o direito à educação. A escrita-argumentativa, materializada nas redações dos vestibulares, passa a ser um “bem”, por isso mesmo mercadoria, em que as forças do mercado se fundamentam na maximização do discurso da competência e, caso o sujeito responda a isso, terá a sua recompensa – o alcance de uma nota que seja o suficiente para que ocupe a vaga da universidade.

Ao compreendermos que “(...) o digital é a forma por excelência do discurso urbano” (ORLANDI, 2017, p. 244), entendemos que os cursos online dedicados ao ensino da escrita-argumentativa voltada para redação do Enem, refém da ideologia pragmática, isto é, “a do excesso, do efêmero visível, do sujeito da impaciência, do conteudismo (informação), do relacionamento (as selfies, o outrar-se)” (ORLANDI,

2017, p. 244), passa a atuar, esse pragmatismo, na dominância de sua ideologia, como uma instância que se reveste e funciona no espaço comum, ou seja, discursiviza-se técnicas, macetes, táticas para que o sujeito consiga atingir uma nota alta na prova do Enem, assim, desconsidera-se, no espaço digital, a dimensão simbólica, histórica e política desta avaliação. Na verdade, aceita-se as avaliações externas como algo dado em que é predominante a prática da capacitação, o treinamento, e não a da formação, deste modo, “o digital é visto utilitariamente como instrumento para aceleração desse processo” (ORLANDI 2017, p. 238).

Inferimos que essa lógica das competências não se dá sem o advento do digital, pois defendemos que é a tecnologia que será o ponto fulcral para que a ebulição da ideologia das competências se instaure na formação social. Isso porque a tecnologia silencia a produção do conhecimento que, antes, era materializada no impresso. O sujeito-internauta quando acessa a rede, nem sempre credibiliza o nome do autor e/ou a fonte em relação àquilo que consome de informação, antes, enxerga o espaço digital como algo pronto – efeito que sustenta a tecnologia como o lugar da eficiência – isso pode ser visto no modo como as notas são feitas pelo tecnológico, não há, muitas vezes, questionamento em relação aos dados divulgados e tabelizados. Esses mesmos dados (estatísticos) passam a ser o centro de discussão das políticas públicas – a formação social “organizada” em números – mas, a quem cabe o gesto de interpretação desses dados? Assim, é nessas condições de produção que o Youtube está inserido e, levando isso em consideração, a seguir analisaremos o *corpus* coletado.

### **Análise do *corpus*: discurso e sentido em movimento**

O vídeo intitulado “Como fazer redação modelo Enem”, publicado no canal do Youtube – *Débora Aladim* – trata-se do primeiro vídeo que aparece na *playlist* “Redação do Enem”. Publicado em setembro de 2015, nele o sujeito-youtuber discursiviza um modelo de redação a partir da ilusão de que aquilo que diz “nasce” dele, isto é, como se ninguém tivesse tido a ideia de produzir um conteúdo digital sobre a mesma temática em questão, o que nos leva ao esquecimento nº 01 formulado por Pêcheux (2014), também chamado de esquecimento ideológico, em que o sujeito tem a ilusão de ser a origem do dizer:

**Recorte 3<sup>6</sup>:**

Hã, oi, gente, tudo bem com vocês? Hoje eu tou fazendo mais um vídeo **improvisado**, mas eu espero **que ele seja útil**, porque hoje eu tava fazendo, é, uma redação para a escola, e aí eu percebi que, aí, **teria um ótimo vídeo**. Por quê? Porque nesse ano aí que eu comecei a fazer redações, eu desenvolvi uma boa, é umas **boas técnicas de fazer redação**, que eu pensei em **compartilhar** com vocês hoje, então, assim, primeiramente, eu gostaria de lembrá-los que essas são coisas que dão certo pra mim, então às vezes podem não dar certo pra você e nem por isso você deve se desesperar e chorar e enlouquer. Porque isso não é uma **forma mágica** de como fazer redação, **é o que eu uso e que dá certo para mim, então espero que funcione para você**. (grifo nosso)



Neste recorte, observa-se que o sujeito-youtuber discursiviza que o vídeo foi produzido de maneira “improvisada” e “útil”, duas características que constituem um imaginário sobre os sujeitos-youtubers, isto é, a noção de que produzir vídeos no espaço digital é algo não trabalhoso. Além disso, o objetivo do vídeo é, antes de mais nada, traçar um caráter utilitarista para a escrita-argumentativa do Enem, o que garantirá a “viralização” do conteúdo, expressão utilizada no meio digital para designar um vídeo muito acessado pelos sujeitos-internautas consumidores desses conteúdos.

Todos esses discursos – utilitarista e do improviso – vêm antes do conteúdo que é abordado no digital, o que reforça o sentido de que um conteúdo só vale se for “prático”, aplicável. Em redes sociais e sites de compartilhamento de conteúdos, como é o caso do Youtube, os sujeitos querem mostrar, socializar e tornar públicas as suas produções. Então, na posição de sujeitos-internautas, milhões de usuários têm a possibilidade de serem consumidores e espectadores das publicações que são realizadas nessas plataformas digitais. Isso tudo traz implicações em relação ao modo como esses sujeitos-internautas irão se relacionar com o objeto de conhecimento, neste caso, sobre a redação do Enem.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PYGzF4b0Kbk&t=91s>. Acesso em 05 fev. de 2023.

É possível, pelo digital, “conectar” pessoas de países diversos e, até mesmo, distantes. Quem está fora do digital é considerado uma afronta para a formação social, afinal, cria-se a ilusão de que tudo está no digital. Ao compreendermos o Youtube como uma plataforma de compartilhamento de conteúdos e, também, como um “empreendimento comercial” (BURGESS; GREE, 2009), sabemos que o seu valor cultural e econômico está em, justamente, movimentar seus usuários a utilizá-la, isto é, a compartilharem conteúdos, assim, “(...) é pela circulação (compartilhamento, viralização, comentários, postagens, hashtags, memes, links...) que o digital se formula e se constitui (...)” (DIAS, 2018, p. 29) e essa circulação ocorre, incessantemente, o tempo todo, assim, o sujeito-youtuber encontra um lugar onde é possível transformar a escrita em mercadoria, mas, para isso, é preciso obedecer à lógica dos algoritmos.

No entanto, não se pode esquecer que “(...) o capitalismo dos nossos dias é um fabricante de signos e um mercador de signos – as coisas corpóreas não são mais o centro do valor” (BUCCI, 2021, p. 21). Isso significa dizer que a escrita passa a ser mercadoria nos canais do Youtube voltados para o ensino da redação não apenas devido aos cursos online, isto é, como valor de uso, em que o sujeito-internauta pode vir a consumir (monetariamente) esses cursos, mas, também, devido o seu valor de troca, em que:

Nessa mutação em que as relações de produção se transfiguram a ponto de assumir feições irreconhecíveis, o capital, além de explorar a força de trabalho, aprendeu a explorar o olhar – o capital explora o olhar como trabalho, compra o olhar em função daquilo que o olhar produz, e não apenas em função daquilo que o olhar pode ver. (...) O capitalismo se deu conta de que o olhar não é simplesmente um polo receptor de mensagens ou imagens prontas, mas uma força constitutiva de sentido social. É o olhar que fixa os sentidos que as imagens e as logomarcas têm. A ação do olhar, mais do que ver isso ou aquilo, é tecer um sentido para isso e aquilo. (BUCCI, 2021, p. 22).

Acrescentaríamos de que o olhar, no digital, é uma “força constitutiva de sentido social” não apenas no sentido empírico dado pelo autor, mas, a partir da AD, compreendemos que esses sentidos se materializam nas formações discursivas do sujeito, em que compreendemos o sujeito como um efeito ideológico, em que “(...) o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro (...)” (PÊCHEUX, 1997, p. 82).

Isso significa que o sujeito-youtuber “fabrica” (diremos produz) discursos sobre a escrita-argumentativa e, muitas vezes, isso passa a ter um caráter discursivo de verdade, como se esse tipo de produção discursiva pudesse ser praticada apenas de uma única forma, justamente a que é ensinada pelo sujeito-youtuber. As implicações disso para a escola é a de que muitos sujeitos-alunos e sujeitos-professores utilizam esses vídeos como videoaulas e, na transparência dos sentidos, não conseguem duvidar e questionar os sentidos que circulam nessas materialidades audiovisuais.

Ainda sobre o recorte, o sujeito-youtuber diz que ao ter que produzir redações no espaço escolar, isso o levou a desenvolver “técnicas” de escrita que merecessem ser compartilhadas e que, apesar de não se constituir como uma “forma mágica”, pode levar o sujeito-internauta a alcançar uma escrita considerada de qualidade no exame do Enem. Isso tudo contribui para a formação discursiva de que escrever bem é escrever com (suposta) técnica. No entanto, observamos que a técnica, na verdade, configura-se como uma série de “macetes” que o sujeito-youtuber divulga sobre a escrita-argumentativa nos moldes da estrutura avaliativa do Enem para o uso do sujeito-internauta. Não há um trabalho com o arquivo, aqui, entendido como “campo de documentos pertinentes sobre um determinado assunto” (PÊCHEUX, 2014), pois a única ação é a busca por estratégias voltadas para a repetição, assim, ao nosso ver, o que “viraliza” não é um conteúdo formativo sobre a escrita-argumentativa, mas, sim, estratégias parafrásticas de redação para que o sujeito-internauta aplique-as em suas produções.

Outro aspecto que nos chamou a atenção é quando o sujeito-youtuber argumenta sobre um tópico que consideramos muito importante em relação às condições de produção da redação do Enem: o respeito aos Direitos Humanos. Cabe dizer que na época em que o vídeo foi produzido, 2015, essa questão do desrespeito aos direitos humanos levava o candidato a ter a sua prova zerada no exame. No entanto, no ano de 2018, às vésperas da aplicação do exame, o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve a liminar do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) que impedia a redação ser zerada, assim, o candidato que descumprisse perderia pontos apenas na competência cinco – produção de um projeto de intervenção com respeito aos Direitos Humanos. Observamos nesta decisão do Supremo uma decisão mais política do que linguística. Sobre essa questão, o sujeito-youtuber discursiviza:

**Recorte 4:**<sup>7</sup>

Só que aqui, aqui entra a **maior viadagem do Enem**. Por quê? Porque o Enem ele não quer que você faça uma proposta qualquer, ele quer que você faça uma proposta detalhada, uma proposta cuidadosa, **uma proposta linda, bonita**, entendeu? No caso, isso significa que você tem que fazer uma proposta super completinho, entendeu? Então não adianta você só falar “o governo, né, tem que fazer uma lei pra publicidade infantil”, não, tem que falar qual a área do governo. (...). Como assim? **O governo, que governo, o governo é tudo, o governo é Brasil, o governo sou eu, o governo é você, o governo é a Dilma, o governo é todo mundo**. (...) E para isso eu gosto de usar a última menção a outra área do conhecimento que eu uso é agora na intervenção, porque tem uma frase de um filósofo que chama **Immanuel Kant que se aplica a todas, todas as propostas de intervenção**. Você está falando de desmatamento na Amazônia, está falando de assassinato de crianças vietnamitas no sul da Patagônia. Se aplica a essa frase de Immanuel Kant, que disse “o ser humano é aquilo que a educação faz dele”, isso não se aplica a tudo? Se aplica a tudo (...) (grifo nosso).

Neste recorte, o sujeito-youtuber utiliza a expressão “viadagem” para se referir ao critério da competência cinco do Enem. Segundo o sujeito, o exame exige que o candidato detalhe a sua proposta de intervenção na redação e, diante dessa condição avaliativa, observa-se que o sujeito-youtuber argumenta se tratar de “uma proposta linda, bonita”, o que ressoa sentidos de ironia. Ao nosso ver, o sujeito-youtuber poderia neste momento levar o sujeito-internauta a questionar os critérios de avaliação do Enem, isto é, a colocar em discurso outras formações discursivas de resistência às condições de produção do exame, mas, ao contrário, o sujeito acata o critério e o formata na propagação da *redação design*.

O termo “viadagem” para se referir ao critério avaliativo do Enem se, por um lado pode ressoar sentidos naturalizados de uma expressão usualmente comum; por outro, esse é um termo não esperado que um sujeito-professor utilize, pois sabemos que o sentido pode vir a ser outro. No entanto, o sujeito-youtuber, apoiado na formação imaginária e inserido em uma condição de produção discursiva outra, o espaço digital, não controla os efeitos de sentido que o termo “viadagem” pode evocar, ou seja, sentidos de ofensa para

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PYGzF4b0Kbk&t=91s>. Acesso em 05 fev. de 2023.

alguns sujeitos-internautas. Temos, aqui, o efeito da contradição, pois o sujeito-youtuber desrespeita os Direitos Humanos no tópico em que ele destinou a tratar disso.

Além disso, a falta de um referencial teórico sólido, faz com que o sujeito-youtuber banalize o conhecimento sobre o agente da proposta de intervenção da redação, isso acontece quando o sujeito conceitua o governo como “todo mundo”, naturalizando sentidos comuns sobre as esferas políticas. O discurso “todo mundo” dialoga com o discurso “qualquer coisa”, assim, não há a responsabilidade pelo dizer – condição da autoria. Esse discurso “o governo é todo mundo” cristaliza uma formação discursiva inquestionável: a de que somos todos iguais perante a lei. Não há estranhamento e resistência aos sentidos naturalizados – efeito da ideologia, assim, o sujeito-youtuber finaliza o seu discurso aconselhando o sujeito-internauta a utilizar uma frase de um filósofo que serve para qualquer tema da redação do Enem. O efeito disso são as inúmeras redações que podem ser encontradas no espaço digital de sujeitos que utilizaram a frase do Immanuel Kant indicada no canal, assim, não é considerada a relação do sujeito com a interpretação.

Agora, em relação ao vídeo intitulado “Autoria na redação Enem – como melhorar na competência 3”, do canal do Youtube *Poxa Lulu*, interessou-nos devido ao uso da palavra “autoria” que, como já dissemos, trata-se de um conceito caro para nós analistas de discurso. O critério avaliativo da competência 03 da redação do Enem se refere à: “selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista” (BRASIL, 2020), aqui, observa-se que o Enem preza pela interpretação e o modo como o sujeito organiza o seu texto, o que consideramos algo importante no momento de produção de um texto, mas o problema está na compreensão que o sujeito-youtuber faz desse enunciado avaliativo:

**Recorte 5:<sup>8</sup>**

Vamos ao pedido de hoje: vídeo sobre autoria, sobre a competência 3, que é **muito pedido por vocês** aqui nos comentários, [...] Olha só, quando, **pensando em autoria, vocês têm que pensar em projeto de texto** e aquilo que eu falo. Quando vocês lerem o tema da redação do Enem, **começa a escrever tudo o que vem à mente. Começa a escrever as palavras-chaves do tema**, entendeu? [...] você faz uma lista de coisas que te vem à mente com relação ao tema. E não é só o tema.

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VVz5fuvTKTs&t=334s>. Acesso em 05 de fev. 2023.



Por exemplo, “a desvalorização do professor”. Não vai fazer só palavras-chaves que vem à cabeça sobre o professor, tem que fazer também sobre “a desvalorização”, se perguntar a desvalorização do professor no Brasil, e aí então fazer sobre ele no Brasil. [...]. (grifo nosso)



Neste recorte, o sujeito-youtuber atende ao pedido do seu interlocutor ao produzir um vídeo que corresponde com o desejo do sujeito-internauta. O que nos chama a atenção é o tempo total do vídeo: 07:19 minutos. Isso porque a nossa busca é compreender a ordem do discurso digital, isto é, como o simbólico em sua relação com o político determina sentidos. Assim, ao nosso ver, trata-se de um tempo curto para tratar de um assunto complexo: a autoria. Todavia, compreendemos que no digital, no caso dos canais do Youtube voltados para o ensino de algum conteúdo escolar, não só a quantidade de visualizações participa do jogo discursivo desse espaço, mas, também, a questão do tempo de duração dos vídeos.

O sujeito-youtuber como um “empreendedor de si mesmo” precisa acatar essas condições de produção em que marca um sentido dominante de que o tempo tem um valor singular no digital, o que se relaciona com o discurso de que “tempo é dinheiro” na formação social – efeito de sentidos que sustentam o neoliberalismo. Isso leva a compreensão da tecnologia como condição de produção, isto é, “[...] um suporte através do qual os sujeitos se realizam, mas seriam aquilo através do que o sujeito imagina realizar aquilo que nele falta” (DIAS, 2018, 73-34). O tempo de relógio, no espaço digital, é precioso, o sujeito-internauta busca aquilo que lhe falta, mas, também, não tem “tempo a perder”, afinal, basta que outro vídeo lhe chame a atenção para que ele deixe de acessar um determinado conteúdo e passe para outro. O sujeito-youtuber sabe disso e, por isso mesmo, produz conteúdos rápidos.

O que observamos no discurso do sujeito-youtuber sobre autoria é a concepção de linguagem como expressão do pensamento, um princípio que preconiza a ideia de que a

expressão é produzida no interior da mente do indivíduo, assim, a linguagem é considerada a “tradução” do pensamento. O projeto de texto é sinônimo de “escrever tudo o que vem à mente”, o que significa listar palavras-chave sobre o tema, em um viés cognitivista. Neste caso, comunicar é o que importa, em que a capacidade do indivíduo em organizar o seu texto consiste na exteriorização do seu pensamento, isso leva a ideia de que existe um único modo de autoria, a legitimada para as condições de produção do exame do Enem:

**Recorte 6:<sup>9</sup>**

Quando você vai relacionar nessa parte, você vai ter que pegar as palavras que selecionou em cima. Como eu falei, vir tudo, tudo o que veio à mente e relacionar de forma clara e objetiva novamente o seu ponto de vista. O ponto de vista nessa competência está em tudo. E por que o seu ponto de vista é... como eu posso fazer isso? Poxa, Lulu, olha, aqui **eu coloco no canal também muitas opções de tópico frasal para iniciar os parágrafos**. Isso já induz o leitor que você está botando o seu ponto de vista. Olha só, um exemplo, “em uma primeira análise vê-se que”, aí você volta lá no argumento da tese “vê-se que o argumento um da tese é fator determinante para a persistência da problemática em questão, tendo em vista que, um breve exemplo”, quando você faz isso, você está dando a sua opinião, o seu ponto de vista, sem ao menos perceber, por isso que eu falei que o canal aqui já direciona você a isso. Logo depois, “de acordo com Martin Luther King. De acordo com o pensador tal, filósofo tal”, coloca uma situação que tem a ver, **coloca um “contextozinho” que tem haver, ponto de novo [...]** e por aí vai. Entendeu? (grifo nosso)

Na busca em levar para o sujeito-internauta uma “técnica” de escrita-argumentativa, observamos no recorte um modo de conceber a linguagem sustentado no discurso da “clareza”. No entanto, pela AD, compreendemos que o sujeito não se apropria da linguagem de maneira individual, mas, sim, social, visto que o sujeito é interpelado pela ideologia, assim, “tomar a palavra é um ato social com todas as suas implicações: conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidades etc” (ORLANDI, 2012, p. 22). Neste sentido, o discurso do sujeito-youtuber sobre o que é autoria não leva em consideração essas implicações porque o que está em jogo, mais uma vez, é a propagação do *design* ideal de redação, o que pode ser comprovado quando o

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VVz5fuvTKTs&t=334s>. Acesso em 05 de fev. 2023.

sujeito-youtuber diz “coloca um “contextozinho” que tem haver”, em que o uso do diminutivo, feito pelo sujeito-youtuber, demonstra um trabalho parafrástico e autoritário com a escrita-argumentativa, o que impede aquilo que o vídeo se propôs a trabalhar e/ou garantir ao sujeito-internauta: a autoria.

### **Considerações finais: Capacitação ou formação?**

Depois de analisarmos o discurso do sujeito-youtuber sobre a redação do Enem, procuramos mostrar que a perpetuação da fôrma-leitor (PACÍFICO, 2012) é materializada na *redação design*. Além disso, a concepção de linguagem investida pelo sujeito-youtuber em seus conteúdos digitais nos leva ao seguinte questionamento: o ensino da redação do Enem, propagado na plataforma do Youtube, capacita ou forma o sujeito-internauta para a escrita argumentativa?

O que observamos com as nossas análises dos discursos dos sujeitos-youtubers foi um trabalho com a escrita-argumentativa direcionada para a informação, neste caso, o “como fazer” a redação do Enem, articulado a um viés utilitarista da escrita, então, neste caso, a capacitação se sobressai, inclusive pela questão da quantidade de modelos parafrásticos de redação que são discursivizados nos vídeos. Neste sentido, o modo como a redação é ensinada leva a escrita a ganhar um caráter de mercadoria, compreendida como valor de uso e valor de troca, e a argumentação passa a ser vista como um modo específico de raciocínio que leva a sua simulação em uma escrita pautada na fôrma-leitor (PACÍFICO, 2012), isto é, a sedimentação dos sentidos.

Orlandi (2017) ainda argumenta que não é a informação e nem a quantidade o ponto central, mas o saber, isto é, “(...) a experiência, a memória e o real social que demanda certas formas de conhecimento para transformar as condições de existência, em determinadas conjunturas” (ORLANDI, 2017, p. 240-241). Com isso, duvidamos de que os cursos online (não podemos afirmar que todos eles), de fato, formem o sujeito-internauta para a prática social da escrita-argumentativa, isso porque não focalizam um trabalho com a leitura e a escrita levando em consideração a autoria, pelo contrário, configuram-se em um tipo de ensino conteudista, voltado para a paráfrase – viés da capacitação.

No Youtube, o sujeito, em específico os que produzem vídeos sobre conteúdos escolares, no caso desta pesquisa sobre a escrita-argumentativa do Enem, é reconhecido

como o facilitador do acesso a esses saberes, tornando-se, muitas vezes, como um novo tipo de celebridade, o que provoca uma formação discursiva e imaginária de que estudar no Youtube é mais proveitoso e divertido em relação à escola, silenciando as diferenças das condições de produção da escola e do digital, diferenças essas que implicam no modo como o trabalho do sujeito-professor é reconhecido – um burocrático do saber – frente ao trabalho do sujeito-youtuber – um voluntário que, supostamente, democratiza o acesso ao saber.

Vale ainda ressaltar que no digital, o Youtube – site de compartilhamento de conteúdos – funciona para que os seus canais produzam (fabriquem) sentidos valorizados pelo mercado: a da quantidade e a do acúmulo de vídeos, em que a plataforma explora o trabalho do sujeito-youtuber e do sujeito-internauta, visto que ambos são importantes para que o site seja abastecido de conteúdos e atinja números expressivos de acesso, cujo lucro ultrapassa a questão monetária – o acúmulo de dinheiro – pois implica algo ainda mais poderoso: o site passa a ter acesso, por meio da lógica algorítmica, dos dados cadastrais desses sujeitos e, também, dos “rastros” digitais que foram deixados, o que implica uma relação de poder.

Isso tudo nos leva a concluir que o ensino da redação no Youtube está direcionado para a lógica da capacitação/informação (ORLANDI, 2017), em que não há um trabalho com a argumentação, e sim, com a sua simulação. A escrita argumentativa “bonitinha” é realizada pelo “bom sujeito” que não interroga, mas, acata os “truques” e “macetes” dos sujeitos-youtubers, cuja função básica é a fixidez de modelos de redação. A consequência disso tudo é a constituição de uma formação imaginária, em que o sujeito produtor de textos tem o seu lugar delimitado e fixado, isto é, o de reproduzidor de discursos. Assim, é possível que o sujeito-internauta, pelo *design*, consiga atingir a nota máxima do Enem, porém, na vida, talvez continue se ausentado das práticas de oralidade e escrita quando é convocado a se posicionar, visto que a formação do conhecimento e o direito à argumentação (PACÍFICO, 2016) não lhe foram, de fato, permitidos.

---

## Referências

- BERNADO, Gustavo. **Redação inquieta**. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **A redação no Enem 2020: cartilha do participante**. Brasília, DF: INEP, 2020.
- BUCCI, Eugênio. **A superindústria do imaginário: como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo o que é visível**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- BURGESS, Jean; GREEN, Joshua. **YouTube e a revolução digital**. São Paulo: Aleph, 2009.
- DIAS, Cristiane. **Análise do discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.
- GALLO, Solange Maria Ledo. AUTORIA: questão enunciativa ou discursiva?. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão-SC, v. 01, n.02, p. 61-70, 2001.
- LEANDRO, Michel Luís da Cruz Ramos.. Argumentação e Autoria na Redação do Enem e o Discurso do. *In*: SANTANA, Wilder Kleber Fernandes de; SILVEIRA, Éderson Luís. (org.). **Educação, Linguagens e Ensino: saberes interconstitutivos**. São Carlos: Pedro & João, 2021. p. 73-88.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- SARIAN, Maristela Cury; ORLANDI, Eni Puccinelli. Entrevista com Eni Orlandi. **Pensares em Revista**, São Gonçalo-RJ, n. 17, p. 8-17, 2020.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e o seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas, SP: Pontes Editores, 1996.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de discurso. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. (orgs). **Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2010. p. 11-32.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes Editores, 2001.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Conhecimento e informação na vida social contemporânea. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli. **Eu tu ele: discurso e real da história**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017. p. 237-260.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Da argumentação na análise de discurso. *In*: BIZIAK, Jacob dos Santos; PEREIRA, Fernanda; RESENDE-SOARES, Sheilla Maria. (orgs.). **Rede de afetos**. Campinas, SP: Ponte Editores, 2021, p. 107-120.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Formação e capacitação?: duas formas de ligar sociedade e conhecimento. *In*: FERREIRA, Eliana Lucia; ORLANDI, Eni Puccinelli. (orgs.). **Discurso sobre a inclusão**. Niterói: Intetexto, 2014. p. 141-186.

PACÍFICO, Soraya Maria Romano Pacífico. **Argumentação e autoria nas redações de universitários**: discurso e silêncio. Curitiba, Appris, 2012.

PACÍFICO, Soraya Maria Romano Pacífico. O direito à argumentação no contexto escolar. *In*: PIRIS, Eduardo Lopes; OLÍMPIO-FERREIRA, Moisés. (orgs.). **Discurso e argumentação em múltiplos enfoques**. Coimbra: Gráfico Editor, 2016. p. 191-212.

PASSARELI, LÍlian Maria Ghiuro **Ensino e correção na produção de textos escolares**. São Paulo: Telos, 2012.

PATTI, Ane Ribeiro; GIORGENON, Daniela. O sujeito e suas redes de dizer no online. *In*: ROMÃO, Lucília Maria Sousa; GALLI, Fernanda Correa Silveira. **Rede eletrônica: sentidos em movimento** São Paulo: Pedro & João, 2011, p. 81-100.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. Campinas, SP: Editora Pontes, 2015.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

PETRI, Verli. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da Análise de Discurso. *In*: PETRI, Verli; DIAS, Cristiane. **Análise de Discurso em perspectiva**: teoria, método e análise. Santa Maria: UFSM, 2013. p. 39-48.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. Nós, desconhecidos, na grande rede. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 05, n. 01, p. 71-91, 2004.

VIDON, Luciano Novaes. O ensino de texto nos anos de 1970 no Brasil: das técnicas linguístico-cognitivas como políticas linguísticas. **Conexão Letras**, Porto Alegre, v. 14, n. 22, p. 93-104, jul-dez. 2019.

ZOPPI-FONTANA, M, G. Objetos culturais, startups, autoria, autoria-fetiche versus autoria-experimentação. *In*: FLORES, Geovanna G. Benedetto; GALLO, Solange Maria Ledo; LAGAZZI, Suzy; NECKEL, Nádia Régia Maffi; PFEIFFER, Claudia Castellands; ZOPPI-FONTANA, Mónica G.. (orgs.). **Análise de discurso em rede**: cultura e mídia. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017. p. 235-250.